



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público

001. PROVA OBJETIVA

Escrevente Técnico Judiciário

INSTRUÇÕES

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após 2 horas e 30 minutos do início da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Leia o texto, para responder às questões de números 01 a 11.

Veja, aí estão eles, a bailar seu diabólico “pas de deux” (*): sentado, ao fundo do restaurante, o cliente paulista acena, assovia, agita os braços num agônico polichinelo; encostado à parede, marmóreo e impassível, o garçom carioca o ignora com redobrada atenção. O paulista estrebucha: “Amigô?!”, “Chefê?!”, “Parceirô?!”; o garçom boceja, tira um fiapo do ombro, olha pro lustre.

Eu disse “cliente paulista”, percebo a redundância: o paulista é sempre cliente. Sem querer estereotipar, mas já estereotipando: trata-se de um ser cujas interações sociais terminam, 99% das vezes, diante da pergunta “débito ou crédito?” [...] Como pode ele entender que o fato de estar pagando não garantirá a atenção do garçom carioca? Como pode o ignóbil paulista, nascido e criado na crua batalha entre burgueses e proletários, compreender o discreto charme da aristocracia?

Sim, meu caro paulista: o garçom carioca é antes de tudo um nobre. Um antigo membro da corte que esconde, por trás da carapinha entediada, do descaso e da gravata borboleta, saudades do imperador. [...] Se deixou de bajular os príncipes e princesas do século 19, passou a servir reis e rainhas do 20: levou gim tônicas para Vinicius e caipirinhas para Sinatra, uísques para Tom e leites para Nelson, recebeu gordas gorjetas de Orson Welles e autógrafos de Rockfeller; ainda hoje fala de futebol com Roberto Carlos e ouve conselhos de João Gilberto. Continua tão nobre quanto sempre foi, seu orgulho permanece intacto.

Até que chega esse paulista, esse homem bidimensional e sem poesia, de camisa polo, meia soquete e sapatênis, achando que o jacarezinho de sua Lacoste é um crachá universal, capaz de abrir todas as portas. Ah, paulishhhhta otááário, nenhum emblema preencherá o vazio que carrega no peito - pensa o garçom, antes de conduzi-lo à última mesa do restaurante, a caminho do banheiro, e ali esquecê-lo para todo o sempre.

Veja, veja como ele se debate, como se debaterá amanhã, depois de amanhã e até a Quarta-Feira de Cinzas, maldizendo a Guanabara, saudoso das várzeas do Tietê, onde a desigualdade é tão mais organizada: “Ô, companheirô, faz meia hora que eu cheguei, dava pra ver um cardápio?!”. Acalme-se, conterrâneo. Acostume-se com sua existência plebeia. O garçom carioca não está aí para servi-lo, você é que foi ao restaurante para homenageá-lo.

(Antonio Prata, Cliente paulista, garçom carioca. *Folha de S.Paulo*, 06.02.2013)

(*) Um tipo de coreografia, de dança.

01. É correto dizer que a acentuação gráfica que o autor emprega tanto segue a norma-padrão quanto desobedece a ela, neste caso, numa tentativa de imitar a entonação oral do chamamento. Essa afirmação é baseada na acentuação, respectivamente, de
- (A) sapatênis e Tietê.
 - (B) diabólico e marmóreo.
 - (C) esquecê-lo e amigô.
 - (D) companheirô e débito.
 - (E) chefê e parceirô.

02. Assinale a alternativa contendo passagem em que o autor simula dialogar com o leitor.
- (A) Acalme-se, conterrâneo. Acostume-se com sua existência plebeia.
 - (B) Ô, companheiro, faz meia hora que eu cheguei...
 - (C) Veja, aí estão eles, a bailar seu diabólico “pas de deux”.
 - (D) Sim, meu caro paulista...
 - (E) Ah, paulishhhhta otááário...
03. No primeiro parágrafo, para reforçar a ideia que quer transmitir, o autor se expressa por meio de uma incoerência. Assinale a alternativa com a passagem que demonstra essa afirmação.
- (A) encostado à parede, marmóreo e impassível...
 - (B) ... o garçom boceja, tira um fiapo do ombro...
 - (C) o cliente paulista acena, assovia, agita os braços...
 - (D) ... o garçom carioca o ignora com redobrada atenção.
 - (E) aí estão eles, a bailar seu diabólico “pas de deux”...
04. É correto afirmar que, no primeiro parágrafo, o autor traça um contraste entre as posturas do cliente e do garçom, contrapondo a
- (A) agitação insistente do primeiro à estaticidade do segundo.
 - (B) informalidade do primeiro ao profissionalismo impassível do segundo.
 - (C) falta de polidez do primeiro à eficiência do segundo.
 - (D) negligência do primeiro à falta de educação do segundo.
 - (E) grosseria do primeiro ao cavalheirismo nobre do segundo.
05. Infere-se, da exposição de ideias, que o autor compõe retratos bem-humorados de dois tipos,
- (A) apoiando as atitudes de ambos, cujas qualidades morais destaca.
 - (B) prestigiando o garçom, cuja atitude classifica de inadequada, em diversas passagens.
 - (C) identificando-se com as atitudes do cliente, apesar de expressar antipatia por aquele.
 - (D) tomando partido do garçom, pois, como este, o autor também é carioca.
 - (E) ironizando os comportamentos de ambos, embora ele também seja paulista.
06. O contexto em que se encontra a passagem – *Se deixou de bajular os príncipes e princesas do século 19, passou a servir reis e rainhas do 20: (2.º parágrafo)* – leva a concluir, corretamente, que a menção a
- (A) príncipes e princesas constitui uma referência em sentido não literal.
 - (B) reis e rainhas constitui uma referência em sentido não literal.
 - (C) príncipes, princesas, reis e rainhas constitui uma referência em sentido não literal.
 - (D) príncipes, princesas, reis e rainhas constitui uma referência em sentido literal.
 - (E) reis e rainhas constitui uma referência em sentido literal.

07. O sentido de *marmóreo* (adjetivo) equivale ao da expressão *de mármore*. Assinale a alternativa contendo as expressões com sentidos equivalentes, respectivamente, aos das palavras *ígneo* e *pétreo*.

- (A) De corda; de plástico.
- (B) De fogo; de madeira.
- (C) De madeira; de pedra.
- (D) De fogo; de pedra.
- (E) De plástico; de cinza.

Para responder às questões de números 08 e 09, considere a seguinte passagem:

Sem querer estereotipar, mas já estereotipando: trata-se de um ser cujas interações sociais terminam, 99% das vezes, diante da pergunta “débito ou crédito?”.

08. Nesse contexto, o verbo *estereotipar* tem sentido de

- (A) considerar ao acaso, sem premeditação.
- (B) aceitar uma ideia mesmo sem estar convencido dela.
- (C) adotar como referência de qualidade.
- (D) julgar de acordo com normas legais.
- (E) classificar segundo ideias preconcebidas.

09. Nessa passagem, a palavra *cujas* tem sentido de

- (A) lugar, referindo-se ao ambiente em que ocorre a pergunta mencionada.
- (B) posse, referindo-se às interações sociais do paulista.
- (C) dúvida, pois a decisão entre débito ou crédito ainda não foi tomada.
- (D) tempo, referindo-se ao momento em que terminam as interações sociais.
- (E) condição em que se deve dar a transação financeira mencionada.

10. Assinale a alternativa em que a oração destacada expressa finalidade, em relação à outra que compõe o período.

- (A) *Se deixou de bajular os príncipes e princesas do século 19*, passou a servir reis e rainhas do 20...
- (B) Pensa o garçom, *antes de conduzi-lo à última mesa do restaurante...*
- (C) Você é que foi ao restaurante *para homenageá-lo*.
- (D) ... nenhum emblema preencherá o vazio *que carrega no peito* – ...
- (E) O garçom boceja, *tira um fiapo do ombro...*

11. Assinale a alternativa em que o emprego de nexos sintáticos entre as orações do período – Eu disse “cliente paulista”, percebo a redundância: o paulista é sempre cliente. – mostra-se adequado ao sentido do texto.

- (A) Eu disse cliente paulista, mas percebo a redundância, pois o paulista é sempre cliente.
- (B) Eu disse cliente paulista, se percebo a redundância, mas o paulista é sempre cliente.
- (C) Eu disse cliente paulista, porque percebo a redundância, contanto que o paulista seja sempre cliente.
- (D) Eu disse cliente paulista, desde que percebi a redundância, para que o paulista seja sempre cliente.
- (E) Eu disse cliente paulista, sem perceber a redundância, portanto o paulista é sempre cliente.

Leia o texto, para responder às questões de números 12 a 18.

Desde o surgimento da ideia de hipertexto, esse conceito está ligado a uma nova concepção de textualidade, na qual a informação é disposta em um ambiente no qual pode ser acessada de forma não linear. Isso acarreta uma textualidade que funciona por associação, e não mais por seqüências fixas previamente estabelecidas.

Quando o cientista Vannevar Bush, na década de 40, concebeu a ideia de hipertexto, pensava, na verdade, na necessidade de substituir os métodos existentes de disponibilização e recuperação de informações ligadas especialmente à pesquisa acadêmica, que eram lineares, por sistemas de indexação e arquivamento que funcionassem por associação de ideias, seguindo o modelo de funcionamento da mente humana. O cientista, ao que parece, importava-se com a criação de um sistema que fosse como uma “máquina poética”, algo que funcionasse por analogia e associação, máquinas que capturassem o brilhantismo anárquico da imaginação humana.

Parece não ser obra do acaso que a ideia inicial de Bush tenha sido conceituada como hipertexto 20 anos depois de seu artigo fundador, exatamente ligada à concepção de um grande sistema de textos que pudessem estar disponíveis em rede. Na década de 60, o cientista Theodor Nelson sonhava com um sistema capaz de disponibilizar um grande número de obras literárias, com a possibilidade de interconexão entre elas. Criou, então, o “Xanadu”, um projeto para disponibilizar toda a literatura do mundo, numa rede de publicação hipertextual universal e instantânea. Funcionando como um imenso sistema de informação e arquivamento, o hipertexto deveria ser um enorme arquivo virtual.

(Disponível em: <http://www.pucsp.br/~cimid/4lit/longhi/hipertexto.htm>. Acesso em: 05 fev 2013. Adaptado)

12. Embora se trate de um texto predominantemente informativo, é correto afirmar que o autor faz uma inferência, expressando sua opinião, ao dizer:

- (A) O cientista, ao que parece, importava-se com a criação de um sistema que fosse como uma “máquina poética”.
- (B) Criou, então, o “Xanadu”, um projeto para disponibilizar toda a literatura do mundo, numa rede.
- (C) Isso acarreta uma textualidade que funciona por associação.
- (D) A informação é disposta em um ambiente no qual pode ser acessada de forma não linear.
- (E) Desde o surgimento da ideia de hipertexto, esse conceito está ligado a uma nova concepção de textualidade.

13. Assinale a alternativa contendo palavra do texto que é formada por prefixo.
- (A) Máquina.
 - (B) Brilhantismo.
 - (C) Hipertexto.
 - (D) Textualidade.
 - (E) Arquivamento.

Para responder a esta questão, considere as palavras destacadas nas seguintes passagens do texto:

Desde o surgimento da ideia de hipertexto...

... informações ligadas **especialmente** à pesquisa acadêmica, ... uma “máquina poética”, **algo** que funcionasse por analogia e associação...

Quando o cientista Vannevar Bush [...] concebeu a ideia de hipertexto...

... 20 anos **depois** de seu artigo fundador...

14. As palavras destacadas que expressam ideia de tempo são:

- (A) algo, especialmente e Quando.
- (B) Desde, especialmente e algo.
- (C) especialmente, Quando e depois.
- (D) Desde, Quando e depois.
- (E) Desde, algo e depois.

15. Assinale a alternativa em que a forma verbal destacada, que substitui a original nos parágrafos indicados entre parênteses, apresenta regência de acordo com a norma-padrão.

- (A) ... **planejava** também na criação de um sistema... (2.º)
- (B) Isso **ocasiona** em uma textualidade que funciona por associação... (1.º)
- (C) ... Vannevar Bush, na década de 40, **idealizou** pela ideia de hipertexto... (2.º)
- (D) ... o cientista Theodor Nelson **ansiava** em um sistema... (3.º)
- (E) ... o cientista Vannevar Bush [...] **cogitava**, na verdade, sobre a necessidade de substituir os métodos existentes... (2.º)

16. Assinale a alternativa em que a expressão entre parênteses substitui, com correção, a expressão destacada na frase.

- (A) ... a informação é disposta em um ambiente **no qual** pode ser acessada de forma não linear. (**em que**)
- (B) ... textos **que** pudessem estar disponíveis em rede. (**cujos**)
- (C) ... recuperação de informações ligadas especialmente à pesquisa acadêmica, **que** eram lineares... (**aonde**)
- (D) Isso acarreta uma textualidade **que** funciona por associação... (**na qual**)
- (E) ... esse conceito está ligado a uma nova concepção de textualidade, **na qual** a informação é disposta em um ambiente... (**em cuja**)

17. Assinale a alternativa contendo a frase do texto na qual a expressão verbal destacada exprime possibilidade.

- (A) ... o cientista Theodor Nelson sonhava com um sistema capaz de **disponibilizar** um grande número de obras literárias...
- (B) Funcionando como um imenso sistema de informação e arquivamento, o hipertexto **deveria** ser um enorme arquivo virtual.
- (C) Isso acarreta uma textualidade que **funciona** por associação, e não mais por sequências fixas previamente estabelecidas.
- (D) Desde o surgimento da ideia de hipertexto, esse conceito **está ligado** a uma nova concepção de textualidade...
- (E) **Criou**, então, o “Xanadu”, um projeto para disponibilizar toda a literatura do mundo...

18. Assinale a alternativa contendo frase com redação de acordo com a norma-padrão de concordância.

- (A) Pensava na necessidade de ser substituído de imediato os métodos existentes.
- (B) Substitui-se os métodos de recuperação de informações que se ligava especialmente à pesquisa acadêmica.
- (C) No hipertexto, a textualidade funciona por sequências fixas que se estabeleceram previamente.
- (D) O inventor pensava em textos que já deveria estar disponíveis em rede.
- (E) Era procurado por ele máquinas com as quais pudesse capturar o brilhantismo anárquico da imaginação humana.

Leia o texto da tira, para responder às questões de números 19 e 20.



(Orlandeli, "Grump", *Diário da Região*, 06.02.2013)

19. O pensamento da personagem Vândalo, no último quadrinho,
- põe em dúvida a ideia de que o intercâmbio terá sucesso.
 - não admite as verdadeiras qualidades do garoto que morará com Grump.
 - contradiz a ideia de que o garoto será bem recebido por Grump.
 - expressa o reconhecimento de características negativas em quem receberá o garoto.
 - reconhece a dificuldade de Grump adequar-se ao perfil traçado pelo projeto de intercâmbio.
20. Assinale a alternativa em que a nova redação dada a frases da tira está de acordo com a norma-padrão de regência e de emprego de pronome.
- A ideia é colocá-lo em contato com características totalmente distintas das dele.
 - Vou receber uma grana para permitir-lhe a morar aqui por um tempo.
 - Receberei uma grana para deixar um garoto morar aqui com nós por um tempo.
 - A ideia é colocar ele em contato com características distintas às dele.
 - A ideia é colocar-lhe em contato com características totalmente diferentes que as dele.
21. Assinale a alternativa com as palavras acentuadas segundo as regras de acentuação, respectivamente, de *intercâmbio* e *antropológico*.
- Distúrbio e acórdão.
 - Máquina e jiló.
 - Alvará e Vândalo.
 - Consciência e características.
 - Órgão e órfãs.

Leia o texto, para responder às questões de números 22 a 25.

A disseminação do conceito de boas práticas corporativas, que ganhou força nos últimos anos, fez surgir uma estrada sem volta no cenário global e, conseqüentemente, no Brasil. **Nesse** contexto, governos e empresas estão fechando o cerco contra a corrupção e a fraude, valendo-se dos mais variados mecanismos: leis severas, normas de mercado e boas práticas de gestão de riscos. **Isso** porque se cristalizou a compreensão de que atos ilícitos vão além de comprometer relações comerciais e o próprio caixa das empresas. *Eles representam dano efetivo à reputação empresarial frente ao mercado e aos investidores, que exigem cada vez mais transparência e, em casos extremos, acabam em investigações e litígios judiciais que podem levar executivos à cadeia.*

(Fernando Porfírio, *Pela solidez nas organizações*. Em *Mundo corporativo* n.º 28, abril-junho 2010)

22. No trecho – *Nesse contexto, governos e empresas estão fechando o cerco contra a corrupção e a fraude, valendo-se dos mais variados mecanismos: leis severas, normas de mercado e boas práticas de gestão de riscos.* – o emprego de dois-pontos cumpre a função de
- enumerar dados novos, que desmentem uma afirmação precedente.
 - expor um ponto de vista contrário àquele adotado pelo autor.
 - apresentar ideias contrastantes, para instalar uma polêmica.
 - deslocar a atenção do leitor para informações não pertinentes ao texto.
 - introduzir informações que especificam uma afirmação anterior.
23. As palavras *Nesse* e *Isso*, em destaque no texto, são empregadas para
- indicar que o texto contém informações independentes umas das outras.
 - contrastar informações incompatíveis com o conteúdo do texto.
 - antecipar informações que serão enunciadas.
 - fazer referência a dados fora do texto, como fatos e datas.
 - recuperar informações enunciadas anteriormente.
24. A parte final do texto, destacada em *itálico*, coloca-se para a afirmação que a antecede como
- um trecho explicativo de ideia exposta anteriormente.
 - uma resposta não fundamentada em dados de realidade.
 - um meio de levar o leitor a buscar explicações que não estão no texto.
 - uma sequência fundamentada em hipóteses pouco prováveis.
 - a manifestação de uma contradição que será discutida.

25. Na passagem – Nesse contexto, governos e empresas estão fechando o cerco contra a corrupção e a fraude, **valendo-se dos mais variados mecanismos...** – a oração destacada expressa, em relação à anterior, sentido que responde à pergunta:

- (A) “Quando?”
- (B) “Por quê?”
- (C) “Como?”
- (D) “Para quê?”
- (E) “Onde?”

26. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho a seguir, de acordo com a norma-padrão.

Além disso, _____ certamente _____ entre nós _____ do fenômeno da corrupção e das fraudes.

- (A) a ... consenso ... acerca
- (B) há ... consenso ... acerca
- (C) a ... consenso ... a cerca
- (D) a ... consenso ... há cerca
- (E) há ... consenço ... a cerca

27. Assinale a alternativa em que todos os verbos estão empregados de acordo com a norma-padrão.

- (A) Enviaram o texto, para que o revíssemos antes da impressão definitiva.
- (B) Não haverá prova do crime se o réu se manter em silêncio.
- (C) Vão pagar horas-extras aos que se disporem a trabalhar no feriado.
- (D) Ficarão surpresos quando o verem com a toga...
- (E) Se você quer a promoção, é necessário que a requera a seu superior.

28. Assinale a alternativa cujas palavras se apresentam flexionadas de acordo com a norma-padrão.

- (A) Os tabeliões devem preparar o documento.
- (B) Esses cidadãos tinham autorização para portar fuzis.
- (C) Para autenticar as certidões, procure o cartório local.
- (D) Ao descer e subir escadas, segure-se nos corrimãos.
- (E) Cuidado com os degrais, que são perigosos!

29. Assinale a alternativa que substitui o trecho em destaque na frase – Assinarei o documento, **contanto que garantam sua autenticidade.** – sem que haja prejuízo de sentido.

- (A) desde que garantam sua autenticidade.
- (B) no entanto garantam sua autenticidade.
- (C) embora garantam sua autenticidade.
- (D) portanto garantam sua autenticidade.
- (E) a menos que garantam sua autenticidade.

30. Assinale a alternativa que completa as lacunas do trecho a seguir, empregando o sinal indicativo de crase de acordo com a norma-padrão.

Não nos sujeitamos _____ corrupção; tampouco cederemos espaço _____ nenhuma ação que se proponha _____ prejudicar nossas instituições.

- (A) à ... à ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... a ... a
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... a ... à

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES

31. As manifestações dos próprios indígenas e de movimentos sociais e estudantis em apoio às comunidades foram intensificadas. No dia 19 de outubro, os índios cobriram o gramado da Esplanada dos Ministérios com cruzeiros, em Brasília, num protesto contra a violência na região e pedindo a demarcação definitiva das terras. No Rio de Janeiro, a concentração foi em frente ao Museu do Índio. Novamente em Brasília, com rostos pintados, estudantes de escolas e universidades se reuniram com representantes de movimentos sociais e indígenas de vários estados para manifestar o apoio às comunidades. A Avenida Paulista, no centro de São Paulo, também foi ocupada por manifestantes. Os protestos também ganharam as redes sociais. Um abaixo-assinado mobilizou internautas pela causa dos índios.

(<http://migre.me/diFn6>. Acesso em 15.02.2013)

O texto, publicado em 17 de dezembro de 2012 no portal de notícias da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), refere-se à luta

- (A) contra a aprovação do Código Florestal, que determina o isolamento das comunidades indígenas em áreas que não servem para o plantio.
- (B) contra a expulsão dos índios Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, depois da decisão judicial favorável aos fazendeiros.
- (C) da sociedade civil, a favor do resgate da memória das comunidades indígenas que perderam suas terras na época da ditadura.
- (D) de setores distintos da sociedade, favoráveis à aprovação da Lei de Cotas no Brasil, que amplia o acesso das minorias à universidade pública.
- (E) pela integração das comunidades indígenas da região amazônica aos projetos de proteção do meio ambiente.

32. O menino (...) nunca se acomodou àquilo que o destino parecia lhe reservar. Filho de um pedreiro, cresceu ouvindo dos adultos que nas festas de aniversário de famílias mais abastadas deveria ficar sempre no fundo do salão.

(Revista *Veja*, 10.10.2012)

Segundo a grande imprensa, Joaquim Barbosa, de origem humilde, foi responsável por mudar o Brasil, pois

- (A) liderou as principais manifestações sociais contra a corrupção.
- (B) tornou-se um dos maiores esportistas brasileiros do último século.
- (C) adotou política para promover melhor distribuição de renda.
- (D) relatou o processo conhecido por “mensalão”.
- (E) denunciou, no Congresso Nacional, os esquemas de corrupção no país.

33. Em outubro de 2012, a imprensa destacou amplamente o processo eleitoral. Com acusações de ambos os lados, as eleições foram acompanhadas por observadores internacionais, dentre eles, o ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter, que garantiu a legitimidade do processo.

O país envolto na polêmica foi

- (A) a Colômbia, por conta da ameaça dos grupos guerrilheiros.
- (B) a Argentina, devido às acusações da grande imprensa.
- (C) a Bolívia, devido aos conflitos entre proprietários rurais e povos indígenas.
- (D) a Venezuela, devido à disputa entre Hugo Chávez e os grupos de oposição.
- (E) a Nicarágua, com a tentativa sandinista de voltar ao poder.

34. “Taxa de desemprego na zona do euro chega a nível recorde”

Essa foi a manchete do portal de notícias da BBC Brasil, em 30 de novembro de 2012. A situação é mais grave em

- (A) Alemanha e Irlanda.
- (B) Bélgica e Holanda.
- (C) Portugal e Inglaterra.
- (D) França e Áustria.
- (E) Espanha e Grécia.

35. Em um dia de muita chuva e trânsito caótico, $\frac{2}{5}$ dos alunos

de certa escola chegaram atrasados, sendo que $\frac{1}{4}$ dos atrasa-

dos tiveram mais de 30 minutos de atraso. Sabendo que todos os demais alunos chegaram no horário, pode-se afirmar que nesse dia, nessa escola, a razão entre o número de alunos que chegaram com mais de 30 minutos de atraso e o número de alunos que chegaram no horário, nessa ordem, foi de

- (A) 2:3.
- (B) 1:3.
- (C) 1:6.
- (D) 3:4.
- (E) 2:5.

36. Uma empresa comprou um determinado número de folhas de papel sulfite, embaladas em pacotes de mesma quantidade para facilitar a sua distribuição entre os diversos setores.

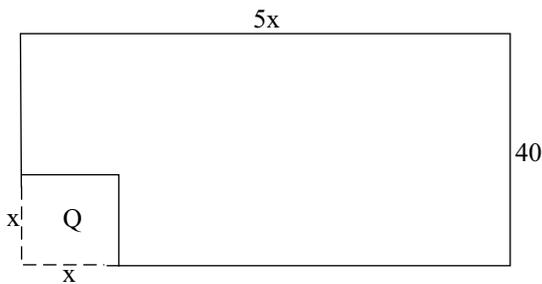
Todo o material deverá ser entregue pelo fornecedor acondicionado em caixas, sem que haja sobras. Se o fornecedor colocar 25 pacotes por caixa, usará 16 caixas a mais do que se colocar 30 pacotes por caixa. O número total de pacotes comprados, nessa encomenda, foi

- (A) 2 200.
- (B) 2 000.
- (C) 1 800.
- (D) 2 400.
- (E) 2 500.

37. Acessando o site de determinada loja, Lucas constatou que, na compra pela internet, com prazo de entrega de 7 dias úteis, o notebook pretendido custava R\$ 110,00 a menos do que na loja física que, por outro lado, oferecia a entrega imediata do aparelho. Como ele tinha urgência, foi até a loja física e negociou com o gerente, obtendo um desconto de 5% e, dessa forma, comprou o aparelho, pagando o mesmo preço que pagaria pela internet. Desse modo, é correto afirmar que o preço que Lucas pagou pelo notebook, na loja física, foi de

- (A) R\$ 2.110,00.
- (B) R\$ 2.200,00.
- (C) R\$ 2.000,00.
- (D) R\$ 2.310,00.
- (E) R\$ 2.090,00.

38. A figura mostra um terreno retangular cujas dimensões indicadas estão em metros.



O proprietário cedeu a um vizinho a região quadrada indicada por Q na figura, com área de 225 m^2 . O perímetro (soma das medidas dos lados), em metros, do terreno remanescente, após a cessão, é igual a

- (A) 240.
- (B) 210.
- (C) 200.
- (D) 230.
- (E) 260.

R A S C U N H O

INFORMÁTICA

39. Observe o menu de programas do MS-Windows XP, em sua configuração original, exibido na figura.



Assinale a alternativa que contém: (I), o caminho para se chegar nesse menu e o (II), programa dessa lista em que é possível se manipularem pastas e subpastas.

- (A) I. Meu Computador, Todos os programas, Acessórios;
II. Ferramentas do sistema.
- (B) I. Botão Iniciar, Programas, Acessórios;
II. Windows Explorer.
- (C) I. Área de Trabalho, Meu Computador, Painel de Controle;
II. Sincronizar.
- (D) I. Meu Computador, Painel de Controle, Ferramentas Administrativas;
II. Assistente de compatibilidade de programa.
- (E) I. Botão Iniciar, Programas Padrão, Ferramentas Administrativas;
II. Prompt de comando.

CONHECIMENTOS EM DIREITO

DIREITO PENAL

40. Um documento editado no MS-Word XP, na sua configuração padrão, possui 45 páginas no total. O usuário informou o seguinte intervalo de páginas: 4;7;28-33;36 em local próprio da janela Imprimir. Assinale a alternativa que contém as páginas que serão impressas.
- (A) 4 a 36, exceto a página 33 e duplicando a 7 e 28.
(B) 4, 5, 6, 7, 28, 33 e 36.
(C) 1 a 3, 8 a 27 e 37 a 45.
(D) 1 a 3, 5, 6, 8 a 27, 34, 35 e 37 a 45.
(E) 4, 7, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 36.
41. Considere a seguinte fórmula digitada na célula A1 de uma planilha do MS-Excel XP, em sua configuração original.
=SE(E(B\$2>12;\$C3>8),"Urgência","Normal")
Ao se copiar a fórmula para a célula B1, tem-se:
- (A) =SE(E(B\$4>12;\$C2>8),"Urgência","Normal")
(B) =SE(E(B\$3>12;\$C2>8),"Urgência","Normal")
(C) =SE(E(C\$2>12;\$C3>8),"Urgência","Normal")
(D) =SE(E(B\$2>12;\$C3>8),"Urgência","Normal")
(E) =SE(E(B\$2>12;\$C4>8),"Urgência","Normal")
42. Observe o URL a seguir.
<http://www.vunesp.com.br/tjsp1207/>
Assinale a alternativa que identifica corretamente a máquina ou o servidor, um dos componentes do URL, conforme as normas descritas na RFC 1738.
- (A) <http://www>
(B) [.com.br/tjsp1207/](http://www.vunesp.com.br/tjsp1207/)
(C) [/tjsp1207/](http://www.vunesp.com.br/tjsp1207/)
(D) www.vunesp.com.br
(E) <http://>
43. Recentemente um novo delito que lesa a fé pública foi incluído no Código Penal. Assinale a alternativa que traz o *nomen iuris* desse crime.
- (A) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
(B) Fraudes em certame de interesse público.
(C) Falsa identidade.
(D) Inserção de dados falsos em sistemas de informações.
(E) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
44. Apesar das discussões doutrinárias e jurisprudenciais acerca da revogação tácita do art. 350 do CP, é correto afirmar que o delito de exercício arbitrário ou abuso de poder
- (A) prevê, no parágrafo único, formas equiparadas de cometimento do delito.
(B) impõe penas de reclusão, além da multa.
(C) admite a modalidade culposa e o perdão judicial.
(D) prevê apenas uma modalidade de conduta delitativa consistente em ordenar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
(E) admite a modalidade culposa.
45. Assinale a alternativa que melhor representa o tipo penal do crime descrito no art. 339 do CP.
A denúncia caluniosa consiste em imputar crime a quem o sabe inocente dando causa à instauração de
- (A) investigação policial, processo judicial ou inquérito civil.
(B) investigação policial, processo judicial ou comissão parlamentar de inquérito.
(C) investigação policial, processo judicial, investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa.
(D) investigação policial, processo judicial, comissão parlamentar de inquérito ou ação de improbidade administrativa.
(E) investigação policial ou processo judicial.

46. Os crimes de falsificação de documento público e de prevaricação têm em comum:
- (A) apresentarem mais de uma conduta prevista no tipo.
 - (B) admitirem a punição também na modalidade culposa.
 - (C) ambos serem punidos com penas de detenção e multa.
 - (D) a qualificadora, tratando-se de crime praticado para satisfazer interesse pessoal.
 - (E) o fato de somente poderem ser praticados por funcionário público.
47. “O fato deixar de ser punível se, antes da sentença, no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade”.
- A previsão legal citada corresponde ao crime de
- (A) fraude processual.
 - (B) coação no curso do processo.
 - (C) denúncia caluniosa.
 - (D) comunicação falsa de crime ou contravenção.
 - (E) falso testemunho ou falsa perícia.
48. Em relação ao crime de peculato, é correto afirmar:
- (A) a modalidade culposa é admitida por expressa previsão legal.
 - (B) a reparação do dano, no peculato culposo, se feita após a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.
 - (C) a reparação do dano, no peculato culposo, se feita antes da sentença irrecorrível, reduz a pena.
 - (D) em recente alteração, as penas foram elevadas para reclusão de quatro a doze anos e multa.
 - (E) trata-se de um delito que pode ser praticado por qualquer pessoa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

49. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que
- (A) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o quinto grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
 - (B) ele não houver funcionado como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar de justiça, perito ou servido como testemunha.
 - (C) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o quinto grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar de justiça ou perito.
 - (D) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
 - (E) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
50. O serventuário ou funcionário da justiça dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes,
- (A) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o quinto grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
 - (B) se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
 - (C) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o quarto grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
 - (D) se não for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.
 - (E) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
51. No tocante à citação, assinale a alternativa correta.
- (A) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado.
 - (B) Se o réu estiver preso, sua citação far-se-á por precatória.
 - (C) Se o réu não for encontrado, será citado, por edital, com o prazo de 5 (cinco) dias.
 - (D) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante mandado de citação expedido pelo juiz processante.
 - (E) A citação inicial far-se-á por precatória, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
52. Com relação aos processos em espécie, é correto afirmar:
- (A) o procedimento comum será ordinário quando tiver, por objeto, crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
 - (B) o procedimento comum será sumário, quando tiver, por objeto, crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
 - (C) aplica-se a todos os processos o procedimento sumário, salvo disposições em contrário do Código de Processo Penal ou de lei especial.
 - (D) nos procedimentos ordinário e sumário, no caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir da data da publicação do Edital.
 - (E) o procedimento comum será sumário para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

53. No tocante aos recursos, assinale a alternativa correta.

- (A) O recurso será interposto por petição ou por termo nos autos, assinado pelo recorrente ou por seu representante.
- (B) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão que receber a denúncia ou a queixa.
- (C) Caberá apelação no prazo de 20 (vinte) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.
- (D) O Ministério Público somente poderá desistir do recurso que haja interposto.
- (E) Dentro de dez dias, contados da interposição do recurso, no sentido estrito, o recorrente oferecerá as razões e, em seguida, será aberta vista ao recorrido por igual prazo.

54. Com relação às infrações de menor potencial ofensivo, seu processo e julgamento, é correto afirmar que

- (A) além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais dolosas de natureza grave.
- (B) a citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por edital.
- (C) a competência do Juizado será determinada pelo lugar de residência do réu.
- (D) se consideram infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n.º 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.
- (E) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela Lei n.º 9.099/95, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

55. Conforme previsto pelo Código de Processo Civil, incumbe ao escrivão

- (A) fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e mais diligências próprias do seu ofício, certificando no mandado o ocorrido, com menção de lugar, dia e hora.
- (B) estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.
- (C) efetuar avaliações, certificando o valor atribuído aos bens avaliados.
- (D) redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e mais atos que pertencem ao seu ofício.
- (E) entregar, em cartório, o mandado, logo depois de cumprido.

56. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre prazos, é correto afirmar que

- (A) serão computados, em quádruplo, o prazo para contestar e, em dobro, para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- (B) o juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 90 (noventa) dias.
- (C) as partes, desde que todas estejam de acordo, podem reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
- (D) incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.
- (E) o prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados e nas férias.

57. É defeso ao juiz proferir sentença

- (A) certa, quando decidir relação jurídica condicional.
- (B) impondo multa diária ao réu, a pedido do autor, desde que haja justificado receio de ineficácia do provimento final.
- (C) a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- (D) e depois lhe corrigir de ofício, por conta de inexatidões materiais.
- (E) e modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

58. Os embargos de declaração deverão ser opostos, no prazo de

- (A) 15 (quinze) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do ponto obscuro, omissivo, contraditório ou negativa de vigência de lei federal, estando sujeitos a preparo.
- (B) 10 (dez) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do ponto obscuro, contraditório, omissivo ou com erro material, estando sujeitos a preparo.
- (C) 8 (oito) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto que deu à lei federal interpretação divergente da que lhe foi atribuída por outro tribunal, estando sujeitos a preparo.
- (D) 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissivo, não estando sujeitos a preparo.
- (E) 3 (três) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, omissivo, contraditório ou inconstitucional, não estando sujeitos a preparo.

59. Dentre outras, não podem ser partes no processo instituído pela Lei n.º 9.099/95:

- (A) a massa falida e as sociedades de crédito ao microempreendedor.
- (B) o incapaz e o preso.
- (C) as empresas públicas da União e as microempresas.
- (D) o insolvente civil e as pessoas físicas capazes.
- (E) as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

60. É correto afirmar que o conciliador, conforme previsto na Lei n.º 12.153/09,

- (A) ficará impedido de exercer a advocacia perante todos os Juizados Especiais da Fazenda Pública instalados em território nacional.
- (B) poderá compor as Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais, pelo prazo de 2 (dois) anos.
- (C) poderá, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.
- (D) é auxiliar da Justiça, recrutado, obrigatoriamente, entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência.
- (E) presidirá a instrução do processo, podendo dispensar novos depoimentos, se entender suficientes para o julgamento da causa os esclarecimentos já constantes dos autos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

61. Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- (A) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (B) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade, o sexo e o grau de escolaridade do apenado.
- (C) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei de seus países de origem.
- (D) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse e desenvolvimento tecnológico das empresas.
- (E) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a multa, imposta em processo criminal, ser, nos termos da lei, estendida aos sucessores e contra eles executada, até o limite do valor do patrimônio transferido.

62. A Constituição Federal estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais

- (A) o décimo terceiro salário, com base no vencimento básico ou no valor da aposentadoria.
- (B) o repouso semanal remunerado aos domingos.
- (C) o gozo de férias anuais remuneradas com, no máximo, um terço a mais do que o salário normal.
- (D) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em contrato de trabalho.
- (E) a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, em creches e pré-escolas.

63. Nos termos da Constituição Federal, são brasileiros natos:

- (A) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência, por um ano ininterrupto, e idoneidade moral.
- (B) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil até a maioridade.
- (C) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- (D) os nascidos no estrangeiro, desde que de pai brasileiro e de mãe brasileira.
- (E) os portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros.

64. Sobre os cargos e funções públicas, é possível afirmar que a Constituição Federal
- (A) impõe à administração pública indireta as mesmas regras proibitivas sobre a acumulação remunerada de cargos públicos voltadas à administração pública direta.
 - (B) veda a definição de critérios de admissão de pessoas portadoras de deficiência a cargos e empregos públicos.
 - (C) condiciona a nomeação em cargos em comissão à aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
 - (D) restringe o exercício das funções de confiança exclusivamente aos servidores ocupantes de cargo efetivo com atribuições de natureza gerencial, orçamentária e financeira.
 - (E) permite a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, ainda que a profissão não esteja regulamentada.
65. São princípios constitucionais expressos voltados à administração pública direta e indireta:
- (A) celeridade e transparência.
 - (B) isonomia e pessoalidade.
 - (C) legalidade e imparcialidade.
 - (D) moralidade e proporcionalidade.
 - (E) legalidade e eficiência.
66. Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão aposentados voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e de cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições, conforme estabelecido na Constituição Federal:
- (A) setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (B) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem.
 - (C) sessenta e cinco anos de idade, se homem, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
 - (D) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se mulher.
 - (E) sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
67. Segundo a Constituição Federal, é(são) órgão(s) do Poder Judiciário:
- (A) o Tribunal de Contas da União.
 - (B) o Ministério da Justiça.
 - (C) o Superior Tribunal Federal.
 - (D) o Conselho Superior de Justiça.
 - (E) os Tribunais e os Juízes do Trabalho.
68. É ato de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92), que causa prejuízo ao erário:
- (A) permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes dos Estados, por preço inferior ao de mercado.
 - (B) utilizar, em obra ou serviço particular, trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados pela administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes dos Estados.
 - (C) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
 - (D) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos e máquinas da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes dos Estados.
 - (E) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
69. No tocante à Declaração de Bens, prevista na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92), é correto afirmar que
- (A) não supre a exigência contida na Lei de Improbidade Administrativa a entrega, em substituição à Declaração de Bens, da cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal.
 - (B) a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
 - (C) a declaração de bens será quinquenalmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato.
 - (D) somente será punido com a pena de demissão a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que prestar falsa declaração de bens.
 - (E) será punido com a pena de repreensão escrita o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens.

70. No tocante à Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92), é correto afirmar que

- (A) as ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nessa Lei podem ser propostas até 20 (vinte) anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (B) a aplicação das sanções previstas nessa Lei depende da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- (C) as disposições dessa Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade.
- (D) a autoridade judicial competente somente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (E) a aplicação das sanções previstas nessa Lei depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno.

71. Com relação ao processo por *Abandono do Cargo ou Função* e por *Inassiduidade*, pode-se afirmar que

- (A) será instaurado processo para apurar abandono de cargo ou função, mesmo se o servidor tiver pedido exoneração.
- (B) não será extinto o processo instaurado exclusivamente para apurar a inassiduidade, se o indiciado pedir exoneração até a data designada para o interrogatório.
- (C) não será instaurado processo para apurar abandono de cargo ou função se o servidor tiver pedido exoneração.
- (D) não será extinto o processo instaurado exclusivamente para apurar abandono de cargo ou função, se o indiciado pedir exoneração até a data designada para o interrogatório, ou por ocasião deste.
- (E) será instaurado processo para apurar a inassiduidade, mesmo se o servidor tiver pedido exoneração.

72. No tocante às penalidades previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) será aplicada a pena de suspensão nos casos de abandono de cargo.
- (B) a pena de repreensão será aplicada por escrito ou verbalmente, nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres.
- (C) a pena de demissão, por ineficiência no serviço, será aplicada mesmo quando verificada a possibilidade de readaptação.
- (D) será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, se ficar provado que o inativo aceitou ilegalmente cargo ou função pública.
- (E) o funcionário suspenso não perderá as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

73. No Processo Administrativo,

- (A) havendo denunciante, este deverá prestar declarações, após o interrogatório e na presença do acusado e de seu defensor.
- (B) não comparecendo o acusado, será decretada a suspensão do feito, sendo apenas autorizada a realização das diligências urgentes.
- (C) a citação do acusado será feita por edital, no mínimo 6 (seis) meses antes do interrogatório.
- (D) comparecendo ou não o acusado ao interrogatório, inicia-se o prazo de 3 (três) dias para requerer a produção de provas, ou apresentá-las.
- (E) em razão da aplicação do princípio da publicidade, a imprensa deverá ter livre acesso ao processo.

74. Da decisão que aplicar penalidade, caberá recurso

- (A) que será apresentado à autoridade superior hierárquica à que aplicou a pena, no prazo de 10 (dez) dias para, motivadamente, manter ou reformar a decisão.
- (B) por uma única vez, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado ou da intimação pessoal do servidor, quando for o caso.
- (C) endereçado ao Secretário de Estado que, por meio de sua assessoria, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, deverá emitir parecer conclusivo.
- (D) por uma única vez, no prazo de 30 (trinta) dias, versando apenas sobre a legalidade ou ilegalidade do feito.
- (E) com efeito suspensivo e endereçado diretamente à autoridade imediatamente superior àquela que aplicou a punição disciplinar.

NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

75. Com relação às atribuições dos ofícios de justiça em geral, é correto afirmar:

- (A) a inutilização ou incineração de processos de execuções fiscais só poderá ocorrer em relação àqueles arquivados há mais de 6 (seis) meses, em virtude de anistia, pagamento ou qualquer outro fato extintivo.
- (B) em cada comarca de terceira entrância, há dois ofícios de distribuição judicial aos quais incumbem os serviços de distribuição cível e criminal, além de um terceiro ofício de arquivo geral.
- (C) em cada comarca de terceira entrância, há um ofício de distribuição judicial ao qual incumbem os serviços de distribuição cível e criminal, além do arquivo geral.
- (D) nas comarcas em que há uma única vara e um único ofício de justiça, as atribuições dos serviços de distribuição caberão ao ofício de distribuição judicial da comarca de terceira entrância mais próxima.
- (E) a inutilização ou incineração de processos de execuções fiscais só poderá ocorrer em relação àqueles arquivados há mais de 10 (dez) meses, em virtude de anistia, pagamento ou qualquer outro fato extintivo.

76. Em relação aos livros dos escritórios de justiça em geral, assinale a alternativa correta.
- (A) O encerramento do livro Ponto deverá ser diário, mediante assinatura do escrivão-diretor ou de seu substituto legal.
 - (B) No livro Registro Geral de Feitos, serão registrados todos os feitos distribuídos ao escritório de justiça, inclusive as execuções fiscais e os inquéritos judiciais falimentares.
 - (C) No livro de Visitas e Correções, serão transcritos resumidamente os termos de correções realizadas pelo Juiz Corregedor Permanente ou pelo Corregedor Geral da Justiça.
 - (D) O livro Ponto deverá ser assinado semanalmente por todos os servidores, excetuando-se aqueles que registram o ponto em relógio mecânico, consignando-se horários de entrada e saída.
 - (E) É obrigatória a organização do Registro Geral de Feitos em folhas soltas, datilografadas, sempre, porém, protegidas por capa dura e encadernadas ao término do livro formado (modelo próprio).
77. No que tange à ordem geral dos serviços, é correto afirmar que
- (A) após revisados e decorrido 1 (um) ano do último registro efetuado, os livros de carga e demais papéis, desde que reputados sem utilidade para conservação em arquivo, poderão ser, por qualquer modo, inutilizados mediante prévia autorização do Juiz Corregedor Permanente.
 - (B) deverão ser atendidos no prazo de 5 (cinco) dias os pedidos de certidões de objeto e pé formulados pelo *e-mail* institucional de um cartório judicial para outro. A certidão será elaborada e encaminhada pelo cartório judicial diretamente à unidade solicitante.
 - (C) as certidões em breve relatório ou de inteiro teor deverão ser expedidas no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento em cartório do respectivo pedido.
 - (D) após revisados e decorridos 2 (dois) anos do último registro efetuado, os livros de carga e demais papéis, desde que reputados sem utilidade para conservação em arquivo, poderão ser, por qualquer modo, inutilizados mediante prévia autorização do Juiz Corregedor Permanente.
 - (E) as certidões em breve relatório ou de inteiro teor serão expedidas no prazo de 8 (oito) dias, contados da data do recebimento em cartório do respectivo pedido.
78. Excetuados os casos especiais, decididos pelo juiz, os autos de processos não poderão exceder-se de
- (A) 100 (cem) folhas em cada volume.
 - (B) 500 (quinhentas) folhas em cada volume.
 - (C) 200 (duzentas) folhas em cada volume.
 - (D) 50 (cinquenta) folhas em cada volume.
 - (E) 30 (trinta) folhas em cada volume.
79. Mediante controle de movimentação física para garantia do direito de acesso aos autos que não corram em segredo de justiça, poderá ser deferida ao advogado ou estagiário de Direito, regularmente inscritos na OAB, que não tenham sido constituídos procuradores de quaisquer das partes, a carga rápida, pelo período de
- (A) 24 (vinte e quatro) horas.
 - (B) 1 (uma) hora.
 - (C) 48 (quarenta e oito) horas.
 - (D) 2 (duas) horas.
 - (E) 6 (seis) horas.
80. O acesso aos autos judiciais e administrativos, por meio do exame em balcão do Ofício Judicial ou Seção Administrativa, de processos em andamento ou findos, quando não estejam sujeitos a segredo de justiça, é
- (A) vedado aos estagiários de Direito.
 - (B) assegurado somente aos advogados e estagiários de Direito que possuam procuração juntada aos autos.
 - (C) assegurado somente aos advogados que possuam procuração juntada aos autos.
 - (D) vedado ao público em geral.
 - (E) assegurado ao público em geral.